

SEQUÊNCIA 2

As reflexões do poeta n'Os Lusíadas – o declínio do Império

Para além dos planos narrativos que constituem a epopeia, encontramos um outro plano que diz respeito às reflexões do poeta a propósito de diferentes assuntos que têm lugar ao longo da narração. Estas reflexões constituem a visão do poeta renascentista em relação à própria condição humana, o que serve, por vezes, a construção do herói do poema, que supera todas as provas e será premiado pelo seu esforço e valentia, na Ilha dos Amores, espaço simbólico de recompensa pela conclusão de um percurso glorioso.

O poeta revela também a sua perspetiva em relação a uma fase do Império Português e aos valores dominantes no país, num momento em que o brilho das grandes navegações começava a ser ofuscado pelo materialismo que grassava no reino, pela indiferença pela arte e pela cultura; o poeta manifesta ainda o seu desalento pelo desprezo a que a sua epopeia era votada.

Vejam, então, os aspetos que dominam a atenção do autor da epopeia nacional e merecem a sua intervenção, numa expressão da sua mundividência ao longo dos dez cantos que integram o poema épico camoniano.

No final do **Canto I** (est. 105-106), o poeta apresenta as suas reflexões sobre a insegurança da vida, na sequência de uma síntese da situação narrativa (quatro primeiros versos da est. 105) centrada na traição de que os portugueses foram vítimas (Baco preparara-lhes várias ciladas, entre elas, um piloto que conduziria os portugueses ao porto de Quíloa, onde eram esperados por inimigos; Vénus afastou a armada do perigo e os portugueses retomaram o seu caminho até Mombaça).

As reflexões do poeta sobre a fragilidade da vida, sobre a tragicidade que se encontra subjacente à própria condição humana evidenciam o carácter humanista da epopeia e servem a arquitetura semântica da obra.

No **Canto V** (est. 92-100), o poeta censura os portugueses que desprezam a poesia, tecendo uma crítica acerba à falta de estima que os líderes políticos portugueses revelam em relação à criação literária, ao contrário da atitude que mantinham os grandes chefes militares e políticos da Antiguidade, que protegiam os poetas ou eram eles próprios cultores das letras (estes sabiam que só através da escrita se tornariam imortais); o poeta afirma ainda que é por falta de cultura que a elite portuguesa despreza a criação artística: *“quem não sabe arte, não na estima”*.

De facto, é o povo português que merece inúmeras críticas do poeta. O sentido crítico do escritor e a sua capacidade de análise não lhe permitem omitir a perceção da situação nacional, que começava a dar sinais de decadência: os portugueses do século XVI pareciam ter esquecido o valor da arte e da cultura enquanto manifestações da espiritualidade humana. O poeta critica, assim, a indiferença dos políticos que governavam o país face à poesia.

Define-se aqui o carácter pedagógico da epopeia renascentista, através do apelo que o poeta realiza, ao convidar os portugueses a seguir aqueles que devem funcionar como modelos, pela forma como souberam conciliar o ofício guerreiro e as letras.

No **Canto VI** (est. 95-99), as considerações do poeta incidem sobre o valor da Fama e da Glória num mundo que se deixa vencer pelos valores de ordem material e no qual se descarta o mérito e se renuncia à capacidade de realizar ações com o objetivo de engrandecer o reino.

Assim, mais uma vez, em tom didático, o poeta afirma que os portugueses não deverão deixar-se dominar pela ociosidade e pela inação, defendendo o esforço, o sofrimento e o desprezo pelo dinheiro como forma de alcançar recompensas futuras.

No **Canto VII**, o poeta invoca as ninfas do Tejo e do Mondego, fazendo uma interseção entre esta evocação e alusões a aspetos de carácter autobiográfico, e lamentando a sua sorte, pois “*A fortuna [o] traz peregrinando, / Novos trabalhos vendo e novos danos*” (est. 79, vv. 3-4);

Depois, numa linha de contestação do materialismo individualista e da corrupção que impera no país, a crítica do poeta dirige-se aos opressores e aos exploradores do povo. O poeta recusa-se a cantar quem privilegiar o seu interesse pessoal em detrimento do bem comum e de seu rei: os ambiciosos que querem subir para, nos “*grandes cargos*”, “*Usar mais largamente de seus vícios*” (est. 84, v. 8); os que “*Se muda[m] em mais figuras que Proteio*”, ou seja, os que apresentam um comportamento camaleónico, alterando a sua conduta no sentido de agradar; os que, para manterem uma imagem favorável perante o rei, não hesitam em roubar o povo; os que são muito diligentes e severos no cumprimento da lei do rei, mas não se sentem obrigados, em nome da justiça, a pagar “*o suor da servil gente*”; finalmente, os que se empenham em “*taxar, com mão rapace e escassa, / Os trabalhos*” dos outros.

Estas intervenções do poeta, para além de revelarem a sua ousadia e coragem, retratam, com efeito, um Portugal minado pelos interesses pessoais, onde o sentimento patriótico aliado ao bem coletivo e à moral tradicional parecia inexistente. É esta constatação que leva o poeta a afirmar que cantará apenas aqueles que arriscarem a sua “*amada vida*” por Deus e por seu Rei.

No **Canto VIII** (est. 96-99), o poeta reflete sobre o poder do ouro e procede à enumeração de atos de corrupção que percorrem todos os estratos sociais, em particular as elites: assim, o dinheiro “*rende munidas fortalezas*”, motiva a traição e a falsidade aos amigos, corrompe “*a mais nobres*” e “*virginais purezas*”, origina a depravação das ciências, cegando a razão e “*as consciências*”; o poder do ouro leva ainda a uma interpretação dos textos à qual está subjacente o desrespeito pelo sentido das ideias que estes apresentam, altera leis, causa perjúrios, torna os reis tiranos e corrompe os sacerdotes, que só a Deus deveriam servir.

O **Canto IX** (est. 92-95) apresenta uma exortação a quantos desejarem alcançar a fama. Neste canto, o poeta dá conselhos àqueles que aspiram a alcançar a condição de herói: devem, assim, abandonar o estado de ócio e de indolência, refrear a cobiça, a ambição e o “*torpe e escuro / Vício da tirania*”, fazer leis equitativas na paz, que não deem “*aos grandes*” o que é dos “*pequenos*”, fazer guerra contra os “*inimigos Sarracenos*”; só esta conduta fará “*os Reinos grandes e possantes*” (est. 94, v. 5), conduzirá ao usufruto de “*riquezas merecidas, / Com as honras que ilustram tanto as vidas*” (est. 94, vv. 78) e contribuirá para fazer o rei ilustre, seja através de conselhos ponderados, seja através da guerra; só esta atitude permitirá, enfim, que os portugueses se tornem imortais, como se verificou em relação aos seus antepassados.

A inação e a corrupção surgem como as principais causas de estagnação do país e constituem a grande inibição para que o Homem alcance um estatuto de herói, o que só acontece se este deixar aflorar o que em si o distingue dos outros animais e que se manifesta através da vontade (“*quem quis, sempre pôde*” – est. 95, v. 6), numa revelação da sua dimensão espiritual. À condição de herói associa-se a recompensa: “*Sereis entre os Heróis esclarecidos / E nesta Ilha de Vénus recebidos*” (est. 95, vv. 7-8).

No **Canto X**, os portugueses despedem-se das ninfas e embarcam para regressar a Portugal.

A despedida de *Thetys*, que mostrara a Vasco da Gama a Máquina do Mundo (um globo transparente de acordo com a conceção geocêntrica de Ptolomeu, ainda vigente na época), e que refere que os nautas lusos “*Levam a companhia [...] / Das Ninfas*” (est. 143, vv. 6-7), remete simbolicamente, pela alusão ao Sol, para a dimensão criadora que caracteriza o ser humano, sempre que nele ecoa a pulsão que o impede de permanecer inativo: “*Levam a companhia desejada / Das Ninfas, que hão de ter eternamente, / Por mais tempo que o Sol o Mundo aquece.*” (est. 143, vv. 6-8).

Ainda no Canto X, o poeta traduz o seu desencanto face à situação de decadência que caracteriza a sua pátria, constatando a oposição entre o estado do reino e aquilo que é o assunto da sua epopeia: o canto dos feitos gloriosos dos portugueses.

O poeta despede-se de Calíope, a musa inspiradora que evocara nas estrofes 8 e 9, para que esta o ajudasse a concluir o seu poema, e afirma que está fatigado (*“No mais, Musa, no mais, que a Lira tenho / Destemperada e a voz enrouquecida”* – est. 145, vv. 1-2) não de cantar os portugueses, mas pelo facto de estes não o escutarem (*“E não do canto, mas de ver que venho / Cantar a gente surda e endurecida”* – est. 145, vv. 3-4), porque *“a pátria [...] está metida / No gosto da cobiça e na rudeza / Dhũa austera, apagada e vil tristeza”* (est. 145, vv. 6-8).

Na estrofe 146, porém, o poeta muda de tom e, depois de constatar o pessimismo e a falta de autoestima que ensombram a nação, dirige-se ao rei [*“Por isso vós, ó Rei, [...] / Olhai que sois (e vede as outras gentes) / Senhor só de vassalos excelentes”*] e exorta D. Sebastião, a quem dedicara o seu poema, a ouvir apenas os conselhos dos *“experimentados”*, a proteger e a estimar aqueles que tornam o seu *“Império preeminente”* (est. 151, v. 4).

Na realidade, não podendo adivinhar o destino trágico de D. Sebastião (ainda que, no final do poema, possamos perceber a expressão da inquietação do poeta motivada pela pouca idade e inexperiência do rei), que viria a desaparecer na batalha de Alcácer Quibir, no dia 4 de agosto de 1578, dia em que a nata da aristocracia portuguesa morreu igualmente no campo de batalha, o que daria origem à perda da independência de Portugal e ao nascimento do mito sebastianista, Camões parece ver (ou deseja ver) no rei o elemento possível de regeneração do país. O poeta termina a sua obra, depois de incitar o rei à cruzada, oferecendo-se para o servir na guerra e para cantar os feitos do seu povo, *“De sorte que Alexandro [no rei] se veja / Sem à dita de Aquiles ter enveja”*.

JACINTO, Conceição, e LANÇA, Gabriela, 2007. *Análise das obras Os Lusíadas, Luís de Camões, Mensagem, Fernando Pessoa*. Porto: Porto Editora